

VERSIANI, Maria Helena. *Criar, ver e pensar*: um acervo para a República. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018, Parte 2 (até Coleções temáticas) e Referências.

## 2 – Patrimônio museológico do Museu da República

“Nada como certas coisas...”<sup>1</sup>

Na segunda parte deste livro, discutimos as inter-relações entre História, memória e acervo, a partir de matrizes teóricas que nos parecem essenciais à análise aqui pretendida. Apresentamos algumas características do acervo museológico preservado no Museu da República e analogias possíveis a partir dele.

### Sobre museus e acervos

Museus são espaços de representação do mundo, representação que se faz a partir de elementos presentes nesse mundo, dentro de um jogo que articula presença e ausência. Essa é uma especificidade dos museus: representar o mundo por meio dos bens culturais que preservam e dar sentidos a ele. Nas palavras de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2008, p. 28): “O museu é um espaço extraordinário de ficção, pois mobiliza formas para representar o mundo e assim permitir que dele possamos dizer alguma coisa”.

Quando os objetos materiais se tornam acervos de museus e elementos da representação museológica não se definem mais por seu valor de uso, mas sim por seu valor sensorial, mobilizador de sentidos e memórias, e por seu valor cognitivo, que nos ajuda a compreender como e por quem eram utilizados antes de se tornarem patrimônio cultural, que efeitos produziam no cotidiano e quais referências e experiências sociais, a partir deles, é possível conhecer.

Decidir investir recursos públicos na formação de objetos museológicos, para que estejam disponíveis às gerações futuras, significa mobilizar equipes multidisciplinares e destinar a esses objetos uma série de cuidados. Trata-se de decisão que supõe algum entendimento sobre o que deve ser preservado como legado do passado para o presente e o futuro, ou seja, sobre o que deve ser constituído como patrimônio cultural, em um processo de

---

<sup>1</sup> Expressão gaiata, autoria não identificada.

seleção que pode acabar por fazer parecer que é um bem “natural” o que antes é fruto da escolha de sujeitos históricos, fruto de construções sociais e históricas.

Todos os bens materiais são bens culturais, porque invariavelmente remetem a maneiras de viver ao longo do tempo/espaço histórico. Por que, então, alguns bens culturais são musealizados e outros não? O que determina que certos bens culturais sejam preservados para a posteridade e valorizados como fonte de pesquisa e conhecimento, enquanto outros são descartados ou secundarizados?

A questão é complexa e diz respeito às formas sociais de perceber e valorizar os bens culturais, como também de perceber e valorizar a representação museológica. Não raro, envolve interesses políticos, econômicos e disputas, quando então a constituição de um acervo vale como instrumento de luta no campo da memória, como ação estratégica de memória, que opera sobre o que deve ser valorizado e acessado pelas gerações futuras.

Dentro dos museus históricos, os acervos sugerem entendimentos sobre a sociedade, a partir do modo como são selecionados e apresentados. O que é selecionado e o que é descartado? No conjunto preservado, o que é valorizado e exposto e o que permanece anos a fio guardado em reservas técnicas, à boa distância do público visitante?

Quem organiza um acervo propõe maneiras de olhá-lo e de percepê-lo, por exemplo, ao descrever o seu conteúdo, sugerindo que se tenha mais atenção aqui ou ali, ao destacar certos temas e personagens e não outros. Organizar acervos é uma forma de atribuir valor no campo da memória.<sup>2</sup>

É claro que a formação de um acervo pode também acontecer de maneira politicamente ingênua, a partir de decisões que tenham a ver com oportunidades diversas, não envolvendo estratégias prévias ou objetivos políticos. Porém, não são raros os esforços na direção de consolidar, por meio da formação de acervos, um determinado sentido para a sociedade, aquele sentido que se deseja ver fortalecido socialmente.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> O assunto é discutido, por exemplo, por Luciana Quillet Heymann (1997).

<sup>3</sup> No livro “Correio Político: os brasileiros escrevem a democracia (1985-1988)” (VERSIANI, 2014), tive a oportunidade de desenvolver esse tema, procurando mostrar que uma coleção preservada no Museu da República, a Coleção Memória da Constituinte, foi um projeto, uma ideia, antes de ser um acervo: o

De um modo ou de outro, todo museu de História é um “lugar de memória”, nos termos de Pierre Nora (1993, p. 13):

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, noticiar atas, por que essas operações não são naturais.

Nessa perspectiva, interessa-nos observar quais acervos foram destacados como itens a compor a primeira infância do Museu da República, conferindo sentidos à própria representação da República brasileira.

Rápida mirada nos jornais de época deixa ver, por exemplo, matéria do *Correio da Manhã*, intitulada “Iniciada a operação Museu da República”, em que Josué Montello informa que os primeiros acervos do museu incluíam “vários lustros, poltronas e outros valiosos pertences de importância histórica e artística”.<sup>4</sup> O jornal *A Noite* publicou: “O Museu Histórico possui em conjunto uma coleção valiosa e variada. Selos, moedas, armas, condecorações, louça, pratarias, carruagens, tudo será selecionado e apresentado dentro de novos moldes”.<sup>5</sup> O *Jornal do Comércio*, na matéria “Catete já será Museu da República no próximo dia quinze de novembro”, reportou: “Com a notícia de criação de um Museu da República, começam a chegar às mãos do Sr. Josué Montello, da parte das famílias de ex-Presidentes da República, documentos, objetos e utensílios de alto valor histórico”. Na mesma matéria, depoimento do próprio Josué Montello faz saber que: “Para o Catete voltará (...) o quarto onde morreu o ex-Presidente Getúlio Vargas, sua cama, seus móveis, seus utensílios, que atualmente se encontram em exposição (...) no Museu Histórico Nacional”.<sup>6</sup>

---

projeto de construção de uma identidade democrática para o Brasil, levado a termo ao longo da segunda metade dos anos 1980, dentro do esforço de superar a ditadura imposta no país com o golpe de 1964.

<sup>4</sup> “Iniciada a operação Museu da República”. *Correio da Manhã*, 21/5/1960.

<sup>5</sup> “Um museu novo, vivo e atraente”. *A Noite*, 24/2/1961.

<sup>6</sup> “Catete já será Museu da República no próximo dia quinze de novembro”. *Jornal do Comércio*, 19/5/1960.

Tratava-se, assim, de itens antes preservados no MHN e também itens constantes do Palácio do Catete, quando sede da Presidência, que não foram transferidos para a nova sede em Brasília. A eles, foram acrescidas doações de familiares de ex-presidentes.

Contudo, o processo de constituição dos bens museológicos preservados no Museu da República, ao longo dos seus quase 60 anos de existência, foi muito além do primeiro momento de criação do museu, o que será objeto das reflexões no próximo tópico. Identificaremos algumas características gerais desse acervo (volume, classe, procedência etc.), visando a um primeiro reconhecimento dos objetos preservados. Em seguida, perscrutaremos as relações entre passado e futuro valorizadas a partir da formação desse acervo. Quais passados foram incorporados e quais foram descartados? Que memórias/esquecimentos foram produzidos? Ou ainda, parafraseando Eliana de Freitas Dutra (2013), que relações se estabelecem entre a História, o tempo e a memória a partir do acervo preservado no Museu da República?

## O Palácio do Catete

O edifício do Palácio do Catete é o primeiro acervo do Museu da República. Localizado no bairro do Catete, cidade do Rio de Janeiro, foi originalmente a residência da família do barão de Nova Friburgo – rico comerciante português e proprietário de várias fazendas de café em território fluminense, no período áureo da produção cafeeira escravocrata do século XIX.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Sobre o Palácio do Catete, ver: RODRIGUES, 2017 e MUSEU DA REPÚBLICA, 2011.



8

Emil Bauch. *Barão e Baronesa de Nova Friburgo*, 1867, óleo sobre tela, 3,70 x 2,94m. Acervo IHGB, em comodato no Museu da República. Reprodução fotográfica de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Detalhe do interior do Palácio do Catete. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Construído, entre os anos 1858 e 1867, na chave da sofisticação e da imponência, o seu projeto arquitetônico foi assinado pelo alemão Gustav Waehneldt, combinando estilos históricos. Fartam, nas fachadas e por todo o interior do Palácio, o recurso à estética simétrica e elementos decorativos relacionados à arquitetura clássica (colunas dóricas,

<sup>8</sup> Retrata o barão e a baronesa de Nova Friburgo. Trata-se de uma versão figurada muita precisa do lugar político, econômico e social dos primeiros donos do Palácio do Catete. Estão nela referências à sede da fazenda, em Cantagalo, onde o barão e a baronesa moravam antes de mudarem-se para a Capital; uma maquete do Palácio do Catete; a planta da estrada de ferro que o Barão construiu em 1863 e que lhe valeu o título concedido por D. Pedro II; algumas condecorações e o brasão da família, em que tem destaque a águia símbolo do baronato de Nova Friburgo.

formatos rígidos – quadrado, retângulo, triângulo – com partes proporcionais, estilo caixa forte, solidez) e à mitologia greco-romana. O padrão historicista se faz presente, por exemplo, em salões decorados com motivos tropicais ou inspirados em movimentos artísticos diversos: Salão Veneziano, Salão Mourisco, Salão Pompeano, Salão Francês.

Possui três pavimentos, mobiliados originalmente com peças importadas da Europa, às quais foi acrescido novo mobiliário quando da adaptação do Palácio para a função de sede da Presidência. Em boa medida, essas peças foram incorporadas ao Museu da República.

O requinte artístico mostra-se em cada detalhe que compõe os objetos de iluminação e de interiores (lustres, piso, portões, maçanetas, janelas etc.) e as obras de arte (pinturas, esculturas) produzidas por artistas renomados como Antônio Parreiras, Décio Rodrigues Villares, Emil Bauch, Francisco Aurélio de Figueiredo, Henrique Bernardelli, Jean-Baptiste Debret, Pedro Bruno, Quirino Antônio Vieira, Rodolfo Amoedo, entre outros. Chamam atenção o expressivo número de reproduções de obras originais de palácios da Europa.

No Hall de entrada, vê-se a escadaria principal, uma das primeiras em ferro fundido existentes no Brasil e que se popularizou como símbolo de poder desde que Getúlio Vargas, na campanha presidencial de 1950, prometeu subir com o povo as “escadarias do Catete”.



Escadaria principal do  
Palácio do Catete.  
Fotografia de Rômulo  
Fialdini & Valentino  
Fialdini.

Pinturas parietais deslumbram os visitantes. Entre as composições mitológicas, destacam-se cópias de afrescos criados pelo pintor florentino renascentista Rafael Sanzio (século XV), que compõem o Palácio romano Villa Farnesina. No Salão Ministerial, onde ocorriam as reuniões do presidente da República com seus ministros, reluzem, no teto, *Baco e Ariadne*, cópia livre da obra *O repouso de Diana*, do pintor italiano Domenico Zampieri, ou Domenichino (dos séculos XVI e XVII). *Os deuses do Olimpo*, pintura executada por Armando Viana, e figurações de Apolo enfeitam o Salão Nobre, outrora reservado para festas e recepções. No Salão de Banquetes, o destaque no teto é *Diana, a caçadora*, também inspirada em obra de Domenichino. Sob a claraboia do Palácio, majestosa galeria de vitrais exibe figurações mitológicas.



Autor desconhecido. *Baco e Ariadne*, em detalhe do teto do Salão Ministerial. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Salão Nobre do Palácio do Catete. Fotografias de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Decorações em padrão temático acompanham a funcionalidade de alguns salões. A Capela exibe reproduções da *Transfiguração de Cristo*, de Rafael Sanzio, e da *Imaculada*

*Conceição*, de Bartolome Esteban Murillo, pintor barroco espanhol do século XVII.<sup>9</sup> No Salão Pompeano, há reproduções de pinturas murais de casas de Pompeia, na Itália, encontradas após as escavações que proporcionaram uma visão da vida na antiga cidade romana destruída durante a grande erupção do vulcão Vesúvio, no ano 79. O Salão Mourisco tem decoração inspirada na arte islâmica, com destaque para o uso de arabescos. O Salão Francês exibe mobiliário ao gosto de Luis XV e Luis XVI e o Salão Veneziano teve inspiração nos palácios renascentistas italianos. Além da *Diana, a caçadora*, ao centro, o Salão de Banquetes é decorado por inteiro com representações de natureza morta, frutos tropicais, peixes e animais de caça.



Autor desconhecido.  
Reprodução da *Imaculada Conceição*, do pintor barroco espanhol Bartolomé Esteban Murillo (séc. XVII), em detalhe do teto da Capela do Palácio do Catete. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

<sup>9</sup> “Palacete de outr’ora, nem que fosse só para enfeite decorativo, exigia capela. Possuía-a o Nova Friburgo, com dois painéis no teto, reproduzindo a Virgem de Murillo e a Transfiguração de Raphael, lembrando dois artistas cujos pincéis tanto céu trouxeram à terra” (Escragnolle Doria, em “O Palácio Nova Friburgo”. *Revista da Semana*, 141/1928, p. 14).



Salão Pompeano e Salão Mourisco, no Palácio do Catete. Fotografias de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Autor desconhecido. Pintura do teto do Salão de Banquetes do Palácio do Catete, inspirada na obra renascentista *Diana caçando*, do italiano Domenico Zampieri (séc. XVII). Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Quando da instalação da sede da Presidência da República no Palácio, foram inseridas, em alguns espaços de paredes e teto, junto aos elementos decorativos originais, figurações das Armas da República em estuque e referências a datas comemorativas da História do Brasil (Independência, Abolição, Descoberta do Brasil, Proclamação da República).

O jardim do Palácio, aberto ao público quando da criação do Museu e, portanto, transformado em espaço de poder “partilhado”, confirma a excelência artística do edifício. Consta que, inicialmente, era um grande terreno com árvores frutíferas.<sup>10</sup> Porém, quando da ocupação do Palácio pela Presidência da República, foi realizado novo projeto paisagístico, por Paul Villon, que havia trabalhado com Auguste Marie Françoise Glaziou em reforma do Campo da Aclamação, atual Praça da República. Villon incorporou canteiros ao terreno, uma gruta e um rio artificiais, além de bancos e pontes campestres, integrados ao ambiente de árvores e plantas. Um belo chafariz, que exibe o grupo escultórico *O Nascimento de Vênus*, criado pelo escultor francês Mathurin Moreau, repousa ao centro de uma aleia de palmeiras. Esta e outras esculturas do jardim foram encomendadas à fundição francesa Val d'Osne.<sup>11</sup> O conjunto das obras reúne peças em bronze, representativas dos cinco continentes, alegorias de ninfas em terracota e uma estátua de Cristóvão Colombo – única escultura de personagem histórico fabricada pela Fundição Val d'Osne, feita para a comemoração do 3º Centenário da Descoberta da América, em 1892, e que, posteriormente, foi colocada nos jardins do Palácio reformado para abrigar a sede da Presidência da República.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> MUSEU DA REPÚBLICA, 2011, p.30.

<sup>11</sup> A Fundição Val d'Osne foi responsável pela fabricação de um conjunto importante de peças em ferro, produzidas no século XIX, que hoje compõem espaços públicos e edifícios da cidade do Rio de Janeiro, como o chafariz da Praça Mahatma Gandhi, na Cinelândia, e os equipamentos em ferro fundido instalados no Campo de Santana.

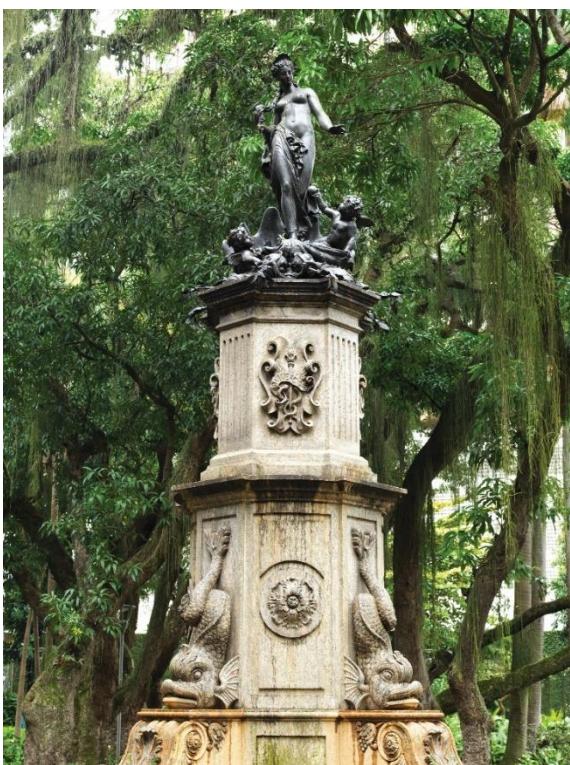
<sup>12</sup> As informações constam de instrumento de consulta do Setor de Museologia do Museu da República.



Fundição Val d'Osne. Escultura no jardim do Palácio do Catete. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC.  
Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Aleia de palmeiras, no jardim do Palácio do Catete.  
Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Mathurin Moreau. *Nascimento de Vênus*, no jardim do Palácio do Catete.  
Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Em livro recém-lançado, o historiador Marcus Vinícius Macri Rodrigues (2017) discute, a construção de residências sofisticadas e imponentes no Brasil dos oitocentos como uma tradição que se constituiu em instrumento de afirmação social e de alinhamento com as nações civilizadas. Rodrigues argumenta que a filiação do Palácio do Catete à cultura clássica e europeia foi estratégica a esse respeito. Elementos arquitetônicos, estéticos e artísticos do Palácio não seriam gratuitos, em nenhum sentido, mas sim visavam a qualificar o edifício “aos olhos” da Europa, da Corte, da elite imperial e da sociedade em geral, distinguindo-o como residência nobre, com estética próxima a de modelos europeus. Diz o autor, tomando em consideração o conceito de invenção das tradições de Hobsbawm (1984):

Hobsbawm, na introdução do livro “A invenção das tradições” (1984), afirma que tradições inventadas são um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições inventadas caracterizam-se por estabelecerem com ele uma continuidade bastante artificial (RODRIGUES, 2017, p. 27).

Assim, quando foi construído, o Palácio do Catete despontou, não apenas como opção estética ou de bem-estar material, mas também como parte de um projeto de poder, que afirmava a primazia dos padrões da civilização europeia no Novo Mundo. Fundamental era impressionar, estabelecendo/ostentando uma série de condições simbólicas que pudessem garantir a caracterização do Palácio como residência diferenciada, de prestígio, e o reconhecimento da família Nova Friburgo como elite maior. Projeto exitoso, se consideradas as palavras de Escragnolle Doria, em artigo da Revista da Semana, de 14 de janeiro de 1928, p. 14, intitulado “O Palácio Nova Friburgo”:

O Palácio do Catete é talvez o ponto do Rio de Janeiro mais conhecido e mais falado no Brasil inteiro. (...) No tempo do Segundo Reinado figurava o Palacete Nova Friburgo (...) entre os palacetes da cidade, tido pelo *primus inter pares*<sup>13</sup>, por ser a maior e a mais suntuosa das casas particulares cariocas. (...) Ao surgir, logo despertou atenções, primando sem controvérsias entre as casas notáveis do Rio de Janeiro. (...) Diziam-se maravilhas do palacete e de suas riquezas.

Segundo Rodrigues, o Salão de Banquetes do Palácio é exemplar em atender aos padrões protocolares da elite social, por exemplo, no uso decorativo abundante de naturezas-

---

<sup>13</sup> “Primeiro entre iguais”.

mortas em que “a mescla de frutos tipicamente europeus com frutas nacionais revela um esforço em criar um padrão que une o clássico ao tropical. A elite do país inventava uma tradição que misturava caracteres nacionais com a cultura europeia” (RODRIGUES, 2017, p 28).

Após a morte do barão e da baronesa, o Palácio permaneceu com a família Nova Friburgo até 1890, quando foi vendido à Companhia Grande Hotel Internacional, sendo, em seguida, adquirido por seu principal acionista, o conselheiro Francisco de Paula Mayrink. Em 1896, Mayrink – que ocupou, entre 1891 e 1908, uma cadeira na Câmara dos Deputados – vendeu o Palácio ao Governo Federal.

Entre 1897 e 1960, como dito, o Palácio abrigou a sede do Poder Executivo brasileiro, quando serviu também de residência oficial a alguns presidentes da República e seus familiares. Assim, o próprio edifício em que o Museu da República está instalado é um acervo que ativa memórias, a partir dos fatos históricos vivenciados em seu interior e dos personagens que nele transitaram e residiram. Registros de sua construção e de reformas que sofreu compõem o arquivo institucional do museu, atestando não só o trabalho de artistas internacionais renomados, mas também o labor pesado de centenas de escravos.

Ou seja, o Palácio, para além de ser um edifício emblemático do lugar socialmente privilegiado de seus primeiros proprietários e moradores, é também um acervo que desponta com forte significação histórica e artística e como testemunho de tempos imperiais e republicanos. Quando se torna a sede do Museu da República, todo o seu passado e simbolismo como espaço de moradia e poder da elite brasileira é incorporado ao museu, num jogo em que determinadas memórias fazem-se preservadas e valorizadas como representação da República.

### Objetos e coleções: observações iniciais

O conjunto de objetos museológicos preservados no Museu da República reúne 9.448 itens que cobrem um período que vai de fins do século XVIII à alvorada do século XXI. Grande parte foi incorporada a partir de transferências do MHN. São 6.005 incorporações

feitas com a mediação do MHN e 3.296 sem essa mediação. Ou seja, quase 2/3 do acervo são legados do MHN.<sup>14</sup>

Cada objeto é inserido em uma das coleções definidas no plano de organização do acervo. Ao todo, são 74 coleções museológicas, batizadas com nomes de personalidades da vida nacional ou a partir de referências temáticas, conforme apresentado nos dois quadros a seguir, com a indicação do número de itens preservados em cada coleção.

---

<sup>14</sup> Não foi possível identificar a procedência ou o ano de entrada no Museu da República de 147 itens do acervo. Registre-se, porém, que isso não significa que não há sentido para a preservação desses itens. Diferentes equipes técnicas passaram pelo Museu ao longo dos anos, lidando com a definição e com mudanças de procedimentos na classificação dos acervos. No percurso, por questões diversas (acidentes, perdas de anotações etc.), algumas informações podem ter se perdido. Mas, embora a historicidade perdida de alguns objetos não seja algo simples de ser recuperado, no Museu da República ou em qualquer outra instituição museológica, são permanentes os esforços institucionais nesse sentido.

Coleções de Titulares	Nº de Itens		
01 Affonso Penna	80	Eurico Gaspar Dutra	83
02 Arthur Bernardes	118	23 Floriano Peixoto	175
Barão de Nova Friburgo	190	24 Francisco Braga	4
04 Barão do Rio Branco	4	25 Franciso Glicério	5
05 Benjamin Constant	6	26 Getúlio Vargas	1.078
06 Bittencourt	14	27 Góes Monteiro	113
07 Café Filho	10	Hermes da Fonseca	21
08 Caiado de Castro	5	29 J. J. Seabra	5
09 Campos Salles	16	30 Jânio Quadros	1
10 Cândido Mariano Rondon	47	31 José Linhares	4
11 Carlos Balthazar da Silveira	1	32 José Sarney	4
12 Carlos Luz	19	José Thomas Porciúncula	5
13 Castelo Branco	1	34 Juscelino Kubitschek	63
14 Costa e Silva	4	35 Lopes Trovão	12
Cristovam Barcellos	46	36 Luís Inácio "Lula" da Sílva	9
16 Delfim Moreira	1	37 Manoel Vitorino	12
Deodoro da Fonseca	114	Marechal Henrique Teixeira Lott	1
18 Dilma Rousseff	5	39 Mascarenhas de Moraes	3
19 Emílio Garrastazu Médici	3	40 Mayrink	3
20 Epitácio Pessoa	152	41 Mendes de Moraes	4
21 Ernesto Geisel	670	42 Miguel Calmon	1
		43 Nereu Ramos	102
		44 Nilo Peçanha	308
		45 Oswaldo Aranha	27
		46 Oswaldo Cruz	4
		47 Paulo de Frontin	1
		48 Pereira Passos	1.462
		49 Pinheiro Machado	6
		50 Placido de Castro	7
		Prudente de Moraes	9
		52 Quintino Bocayuva	4
		53 Raul Fernandes	109
		54 Rodrigues Alves	8
		55 Rui Barbosa	4
		56 Silva Jardim	1
		57 Tancredo Neves	2
		58 Tasso Fragoso	1
		59 Teixeira Leite	23
		60 Urbano Santos	1
		Vespaziano de Albuquerque	4
		62 Washington Luiz	17
		63 Wenceslau Braz	27

	Coleções Temáticas	Nº de Itens
<b>01</b>	Canudos	10
<b>02</b>	Coluna Prestes	1
<b>03</b>	Guerra do Contestado	15
<b>04</b>	Memória da Constituinte	3
<b>05</b>	Museu da República	2.643
<b>06</b>	Numismática Brasileira	170
<b>07</b>	Palácio do Itamaraty	62
<b>08</b>	Presidência da República	1.232
<b>09</b>	Revolução da Armada	7
<b>10</b>	Revolução Constitucionalista	52
<b>11</b>	Revolução Federalista	13

O expressivo número de coleções de titulares (63 coleções) – quase o sétuplo das coleções temáticas (11 coleções) – indica a primazia do padrão “biográfico” na organização desse acervo, em que principalmente a relação dos objetos com determinados momentos da vida pessoal e da trajetória profissional de algumas personalidades é o que justifica a sua transformação em acervo museológico. Trata-se de objetos ligados aos espaços da vida pública e privada, que marcam o cotidiano dos sujeitos históricos.<sup>15</sup> Pode-se mesmo dizer que a formação desse patrimônio, ao sugerir uma interposição e complementaridade entre as dimensões privada e pública, produz um “efeito humanizador” das práticas políticas e de poder que, como veremos, são presenças marcantes no acervo.



Jogo de toucador pertencente ao marechal Floriano Peixoto. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

## Coleções de titulares

<sup>15</sup> ARENDT, 1987.

Entre as 63 personalidades que dão nome às coleções museológicas em exame, há 29 ex-presidentes da República.<sup>16</sup> Alguns, com passagem relâmpago pela Presidência, como Delfim Moreira (1918-1919), José Linhares (1945-1946) e Carlos Luz (1955), e ainda Tancredo Neves, que foi eleito sem chegar a tomar posse (1985). Todos eles, invariavelmente, com trajetória de longo curso na política nacional.



Honório Peçanha. Busto de Juscelino Kubitschek. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Celso Campos. Talha com figura do presidente Geisel. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

<sup>16</sup> Afonso Pena; Arthur Bernardes; Campos Salles; Café Filho; Carlos Luz; Castelo Branco; Costa e Silva; Delfim Moreira, Deodoro da Fonseca; Dilma Rousseff; Emílio Garrastazu Médici; Epitácio Pessoa; Ernesto Geisel; Eurico Gaspar Dutra; Floriano Peixoto; Getúlio Vargas; Hermes da Fonseca; Jânio Quadros; José Linhares; José Sarney; Juscelino Kubitschek; Lula; Nereu Ramos; Nilo Peçanha; Prudente de Moraes; Rodrigues Alves; Tancredo Neves; Washington Luís; e Wenceslau Brás.



Edgard Andrade de Freitas. Garrafa de areia, do artista popular cearense.  
Acervo do Museu da  
República/Ibram/MinC. Fotografia de  
Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Tantos presidentes da República inspirando títulos de coleções museológicas decerto têm relação com o fato do Palácio do Catete ter sido sede do Poder Executivo do país por mais de sessenta anos. Ou seja, referências a presidentes no acervo do museu justificam-se não só porque os presidentes são atores centrais na trajetória do regime republicano, mas também porque são personagens que atuaram e até residiram no edifício em que o museu foi instalado.

Por outro lado, não se pode desprezar a força da figura do chefe de Estado como representação de poder no imaginário político nacional. As coleções em exame confirmam o peso da mística presidencial na cultura política brasileira, em que o culto a presidentes da República tem longa tradição. Diferentemente do Congresso, em nossa República o presidente “encarna” pessoalmente a nação.<sup>17</sup>

Ao lado dos presidentes da República, as demais autoridades/personalidades que nomeiam as coleções são, principalmente, ex-ocupantes do Legislativo e do Executivo do país, militares, republicanos históricos e antigos proprietários do Palácio do Catete. Mencione-se também o sanitarista Oswaldo Cruz e o musicista Francisco Braga, que compôs a melodia do Hino da Bandeira, letrado por Olavo Bilac. No conjunto, trata-se de personalidades que têm em comum o *status* privilegiado de um grupo de elite – político, econômico, militar ou intelectual.

---

<sup>17</sup> GOMES, 2005; GOMES, FERREIRA, 2007; MARCELINO, 2010.

Assim, pode-se dizer que, ao atribuir nomes às coleções museológicas, a instituição obedeceu a uma fórmula muito conhecida no Brasil, própria a todo um sistema de representação de poder com o qual os brasileiros estão bem socializados. Um padrão hierarquizado, que notabiliza e dá destaque a quem transita em círculos prestigiados. É dentro desse padrão, que remete a um imaginário social fundamentado em lógicas verticais e elitistas, que as coleções são nomeadas. A elite política e social historicamente detentora do poder no país é também o grupo destacado e que ganha visibilidade na organização do acervo, padrão que encontra paralelo nas formas de cidadania vivenciadas pelos brasileiros em seu dia a dia.

A prática de atribuição de títulos às coleções não é neutra, sendo antes um recurso retórico persuasivo em relação às representações de poder na República brasileira. Registra preferências e percepções sobre os sentidos sociais que justificam que os itens em questão sejam “partes” de um conjunto museológico. No caso em exame, determinadas personalidades são percebidas como portadoras de capital, real e simbólico, e os seus objetos de uso privado e público merecem o lugar de acervos em espaços institucionais de memória, em conformidade com práticas e padrões socialmente reconhecidos.

Sabemos que há toda uma gama de valores associados às formas como vivenciamos a cidadania, inscritos nas ações pessoais e também institucionais do dia a dia. Tais valores estão presentes nas maneiras como damos sentidos às nossas palavras e ações, no que subliminarmente elas aprovam ou desaprovam, exibem ou ocultam, reclamam ou negligenciam. Tomando emprestada a noção de cultura política proposta por Daniel Cefaï (2001), em que, resumidamente, experiências e visões de mundo são tomadas como formas culturais socialmente compartilhadas, é plausível afirmar que há valores associados aos modos como os bens culturais preservados em instituições museológicas são percebidos, organizados e classificados, valores estes que podem reforçar ou não a ideia da cidadania democrática.

Entre as coleções de titulares, a mais volumosa é a Coleção Pereira Passos (1457 itens), formada com objetos doados por familiares do ex-prefeito (1902-1906). Os registros de entrada desse acervo datam de 1925, 1965 e 1966, portanto de quando o Museu da República ainda era vinculado ao MHN.

Não surpreende que Pereira Passos figure com expressão no acervo do Museu da República. Reputado como autoridade chave no projeto de modernização da Capital Federal da República, que teve lugar durante a gestão presidencial de Rodrigues Alves (1902-1906), adequa-se perfeitamente ao perfil de autoridade a compor a galeria dos grandes homens da História. Como prefeito do Distrito Federal, propôs e executou ampla reforma urbana com o tento de garantir a remodelação, higienização e o saneamento do centro da cidade do Rio de Janeiro, dentro do padrão civilizatório então sonhado. A inspiração era a Capital francesa, remodelada por Georges Eugène Haussmann, e o feito acabou por lograr o combate à insalubridade e o embelezamento urbano, com a criação de ambientes aprazíveis materializados em grandes avenidas centrais, praças e novas edificações. Os efeitos nefastos – demolição de casas pobres e expulsão de seus antigos moradores do centro reformado – em grande medida foram e lamentavelmente são até hoje lembrados como questões de menor importância, “impopulares, mas necessárias”.

Emblemático da reverência institucional a Pereira Passos, em ofício, datado de 12 de janeiro de 1965, o então diretor do MHN Josué Montello dirigiu-se às netas do ex-prefeito, Maria Passos de Castro e Ernestina Passos Bulhões de Carvalho, afirmando que a doação de objetos que “pertenceram ao inolvidável Prefeito do Rio de Janeiro, Engenheiro Dr. Francisco Pereira Passos” em muito enriqueceria as coleções do Museu da República.

Ademais, uma curiosidade relacionada à família de Pereira Passos também deve ser considerada quando se busca compreender os motivos do grande volume de itens dessa Coleção. As netas de Pereira Passos acompanharam o avô em viagens e desde cedo criaram o hábito de guardar lembranças desses passeios.<sup>18</sup> Maria Passos de Castro tornou-se inclusive colecionadora de documentos raros e autógrafos, alguns hoje preservados no Arquivo Histórico do Museu da República, em coleção que recebeu o seu nome. Muito provavelmente, a veia de colecionadora, que não teve filhos herdeiros, soube valorizar as ações no campo da preservação, influenciando a sua decisão de fazer doações a uma instituição museológica.

---

<sup>18</sup> Sobre o assunto, ver LENZI, 2000.

Observe-se inclusive que parte dos objetos museológicos da Coleção Pereira Passos não pertenceram ao titular, possivelmente sendo itens guardados pela própria neta colecionadora. Por exemplo, há uma série de materiais de propaganda relacionados a várias personalidades públicas, a maioria delas com atuação em períodos posteriores a 1913, ano de falecimento de Pereira Passos. Alguns exemplos, são *buttons* da campanha presidencial de 1950, de Eduardo Gomes (União Democrática Nacional), Cristiano Machado (Partido Social Democrático) e Getúlio Vargas (Partido Trabalhista Brasileiro), ou reclamos monetiformes de propaganda política de Luiz Carlos Prestes e Adhemar de Barros, entre vários outros. Essa série inclui materiais com datas comemorativas pós 1913, como o Centenário da Independência. Assim, se por um lado existem na coleção referências a personagens e eventos contemporâneos a Pereira Passos, e também figurações de espaços da cidade do Rio de Janeiro, em volume bastante significativo os itens foram produzidos após o seu falecimento.



Homenagem a Pereira Passos.  
Acervo do Museu da  
República/Ibram/MinC.  
Fotografia de Rômulo Fialdini &  
Valentino Fialdini.

Outra série que sugere a formação de uma coletânea, dentro da coleção Pereira Passos, são os objetos pecuniários. Trata-se de 988 itens em que somente 53 foram produzidos antes do falecimento de Pereira Passos, enquanto 299 itens datam de épocas posteriores ao ano de 1913. Embora não foi possível identificar a data de produção dos demais itens, a proporção identificada reforça a hipótese de se tratar de objetos relacionados à família e não diretamente ao próprio Pereira Passos.

Ainda nessa mesma direção, um conjunto de 125 medalhas inclui várias homenagens, no Brasil e no exterior, ocorridas após o falecimento de Pereira Passos, tais como o

centenário da morte de Napoleão, em 1921, o cinquentenário do primeiro voo de Santos Dumont, em 1956, ou ainda a medalha comemorativa dos vinte anos da Rádio Nacional, também em 1956.

Ademais, a predominância de objetos que não pertenceram diretamente ao ex-prefeito, e sim a sua família, aparece, não só nos exemplos aqui apontados, mas na Coleção Pereira Passos como um todo. Observados todos os itens da coleção em que é possível identificar os anos de produção dos objetos, o volume de itens produzidos após o falecimento de Pereira Passos é em torno de três vezes maior do que o produzido anteriormente.

A segunda coleção de titular mais volumosa do acervo, que reúne 1.082 itens, também não pode deixar de ser aqui comentada: a Coleção Getúlio Vargas.

A passagem de Getúlio Vargas pelo Palácio do Catete, com destaque para o momento trágico do suicídio, em seu quarto, no terceiro andar do Palácio, em 24 de agosto de 1954, até hoje desponta com força e dramaticidade, mobilizando visitantes e curiosos, em todas as épocas do ano e particularmente no dia 24 de agosto, mostrando que o museu também é um espaço de culto. Confirmando o fascínio em torno do personagem, muitas vezes o Palácio do Catete é chamado de “Palácio do Getúlio”.

O presidente que governou o Brasil, entre 1930 e 1945 e entre 1951 e 1954, representou importante chave de pertencimento social para muitos brasileiros, como expoente da ideologia do trabalhismo. Com Vargas, o trabalhador tornou-se o protagonista da cena política. Investindo pesadamente na construção de um discurso oficial que, no plano simbólico, incorporava valores e demandas trabalhistas reivindicadas pelos próprios trabalhadores desde a alvorada da República, Vargas apropriou-se de todo um legado de lutas empreendidas, apresentando-se como o “pai fundador” da consciência trabalhista (GOMES, 2005).

Assim, a Era Vargas constituiu um tempo de estabelecimento da cidadania dos trabalhadores brasileiros, a partir de um projeto controlado pelo Estado que resgatou o sentido de identidade autoatribuído pelos próprios trabalhadores. Longe de perderem sua identidade, esses trabalhadores reconheceram-se no projeto varguista e na ideologia política do trabalhismo.

Junto, Vargas se consolidou como um presidente mediador, o líder que ouvia e encaminhava pessoalmente as demandas da população. Era ele, e não o funcionamento de uma estrutura governamental, quem respondia pelos atos do governo trabalhista. Apostando no estreitamento das relações pessoais, concedia audiências às pessoas do povo que o procuravam. Era como um juiz da nação, o que lhe conferiu enorme popularidade.

Na Coleção Getúlio Vargas, tal popularidade aparece, por exemplo, quando observamos que a procedência dos itens dessa coleção abrange um número grande de doadores sem qualquer vínculo familiar com Vargas, em escala tal que não se vê em nenhuma outra coleção museológica do museu.

Entre os muitos exemplos, em 24 de agosto de 1999, o cidadão Hernani Fittipaldi doou ao Museu da República uma pequena estatueta em marfim representando a figura do Buda, que, segundo o doador, pertenceu a Getúlio Vargas. Geraldo Calmon Costa Junior<sup>19</sup>, em 1998 e 1999, doou uma cueca com as iniciais GV, uma escultura e duas efígies de Vargas (em bronze e em gesso) e uma faixa em que se lê P.T.B. Maria Helena Passos de Lemos Bastos doou, em 1998, uma estatueta de cerâmica representando Vargas e um lenço de seda com o seu retrato e a carta testamento estampados, entre outras várias doações individuais tão singulares ao acervo.

O próprio presidente e seus familiares também fizeram doações de objetos que compõem a coleção, com destaque para a doação de Celina Vargas, neta do titular, que somou mais de 400 peças, inclusive o revólver usado pelo presidente na madrugada do dia 24 de agosto de 1954. Essa doação precedeu uma exposição no Museu da República, que teve a curadoria de Cafi, Marcello Dantas e Rico Lins, denominada “Eu, Getúlio”, e que abordou traços de vida privada e pública do ex-presidente, sendo inaugurada no dia em que se completaram 45 anos de sua morte, em 24 de agosto de 1999.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Trata-se do filho de Geraldo Camon Costa, um dos fundadores do partido Trabalhista Brasileiro (“Os fundadores do PTB se constituem num grupo”. *Jornal A Noite*, 11/4/1961, p. 7).

<sup>20</sup> A doação de Celina Vargas e a exposição “Eu Getúlio” são noticiadas na matéria “Traços de Getúlio”, do jornal *O Globo*, Segundo Caderno, de 27/6/1999, assinada por Robert Oliveira.



Prato com o V da vitória de Vargas nas eleições de 1950. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Paletó de pijama de seda, listrado nas cores vinho, bege e marrom, com gola e mangas compridas e bolso em que se vê inscritas as iniciais “GV”. Usado por Getúlio Vargas no momento do seu suicídio. Acervo do Museu da República. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Quarto de Getúlio Vargas, no Palácio do Catete. Fotografia de Ari Versiani/Agência Ponto.

A Coleção reúne não somente documentos pessoais e relativos à vida pública do titular, mas também registros de memórias construídas e eternizadas em torno do personagem. Em todos os casos, predominam homenagens ao ex-presidente.

A doação de acervos privados a um museu público e nacional não costuma ser uma atitude desinteressada. Esforços para construir representações positivas costumam assegurar poder e prestígio, pessoal e a herdeiros. Celebrar memórias é uma forma de garantir lugar entre os imortais. Assim, a legitimidade do homem público encontra apoio e confirmação em condecorações, medalhas, diplomas, retratos e outros objetos preservados em instituições museológicas. Do mesmo modo, a sofisticação e elegância de alguns objetos associados ao seu titular sinalizam a sua posição na pirâmide social, junto à elite. Ou seja, o simbolismo em torno das peças preservadas não apenas alude às próprias peças, mas serve para cultuar seus titulares. Acervos, colocados em evidência para apreciação pública, são também uma forma de poder simbólico, nos termos de Pierre Bourdieu (1989), que encontram cumplicidade social.

Com a Coleção Getúlio Vargas não foi diferente. O perfil exaltativo dos objetos da coleção é, em larga medida, o perfil das demais coleções de titulares do Museu da República. Imagens de Getúlio Vargas ou inscrições de seu nome em uma gama de suportes são a marca do acervo. Objetos pessoais ou de artes visuais (pinturas, esculturas, desenhos), materiais diversos de propaganda, insígnias, objetos comemorativos, pecuniários, acessórios de interiores e utensílios de cozinha: em tudo vê-se lugar para a prestação de homenagens. Flâmulas, lembranças e títulos recebidos de associações, institutos e categorias profissionais diversas; medalhas comemorativas de eventos históricos e de obras e construções realizadas no país, associadas à figura do presidente e à sua importância para o desenvolvimento nacional; presentes oficiais por viagens realizadas e muito mais.

É fato que alguns objetos da coleção não aludem diretamente a Vargas, porém, a marca do seu acervo é prestigiá-lo, sugerindo todo um campo de afinidades entre o presidente e os brasileiros.

## Coleções temáticas

As denominações das coleções temáticas do acervo em análise também incluem referências ao âmbito da Presidência da República no Brasil. São duas coleções. A Coleção Palácio Itamaraty remete ao edifício oitocentista, no Centro do Rio de Janeiro, que foi a primeira sede do Governo Republicano brasileiro, entre 1889 e 1897. Funcionou como sede presidencial durante os dois primeiros mandatos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que governaram o país entre 1889 e 1894, período que ficou conhecido como a República da Espada. O terceiro presidente do Brasil foi o civil Prudente de Moraes. Durante o seu mandato, a sede da Presidência foi transferida para o Palácio do Catete. O acervo da coleção Palácio Itamaraty é composto sobretudo de insígnias e outras distinções feitas a partir da criação de ordens de méritos para premiação de militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pelo reconhecimento de serviços prestados à nação, e de civis envolvidos nesses serviços. Já a Coleção Presidência da República alude aos anos da História do próprio Palácio do Catete como espaço de governo, entre 1897 e 1960, e seus objetos têm privilegiadamente relação com o exercício da Presidência nesse Palácio, destacando-se objetos de interiores, como cortinas, louças de porcelana, cristais, pratarias, vasos decorativos, floreiras, pedestais, peanhas, espelhos, tapetes; o conjunto de utensílios de serviço da Presidência da República, que apresenta o brasão de Armas da República, símbolo e afirmação do regime republicano; objetos de iluminação, tais como candelabros, castiçais, luminárias e lustres; peças do mobiliário, como arcas, cadeiras, armários, cômodas, estantes, mesas diversas; além de esculturas e pinturas e muito mais. Alguns objetos referem-se ao tempo em que o Palácio era a residência do barão de Nova Friburgo, mas a grande maioria são registros da função do Palácio como sede do poder republicano. A base comum é a sofisticação, evidenciando o ambiente de riqueza que marcou a trajetória do Palácio, desde o tempo do Barão e ao longo de sua função como sede da Presidência da República.



Salão Ministerial do Palácio do Catete. Fotografia de Ari Versiani/Agência Ponto.



Conjuntos de louças, com as Armas da República. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



Sabemos, como dito, que a temática da Presidência da República é categoria central para pensar a República brasileira, e também relevante para a História institucional do museu e do edifício em que ele foi instalado. Por outro lado, isso não elimina que adotar a expressão “Presidência da República” como título de coleção museológica constitui uma maneira de reputar importância e reverenciar o papel de destaque do Estado na construção da República.

Outro tema presente nas denominações das coleções temáticas remete a levantes e revoltas ocorridos em diferentes momentos da História do Brasil. Nessa linha, são nomeadas seis das onze coleções temáticas: Coleção Canudos; Coleção Coluna Prestes; Coleção Guerra do Contestado; Coleção Revolta da Armada; Coleção Revolução Constitucionalista; e Coleção Revolução Federalista.

Aqui é interessante mencionar o primeiro diretor do MHN, Gustavo Barroso, que em 25 de setembro de 1911, sob o pseudônimo de João do Norte, publicou sugestivo artigo no Jornal do Comércio, intitulado “Museu Militar”, em que alertava:

Todas as nações têm seus Museus Militares guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda não o possuímos.

Até hoje ainda não tivemos o cuidado de guardar as nossas tradições militares, de abrigá-las, de cuidar delas, de roubar à ferrugem inexorável do tempo as vetustas armas dos guerreiros desaparecidos. E ao contrário do que se faz em toda parte, dizem alguns que devemos restituir os troféus que conquistamos com nosso sangue. (DUMANS, 1942, p. 384)

Com Barroso, onze anos depois da publicação desse artigo, a preservação de uma memória militarista encontraria lugar no MHN. Sua visão celebrativa da História distinguiu a Força Militar brasileira como guardiã da nação, pronta a enfrentar e submeter quaisquer movimentos insurrecionais “anti-nacionais”. A História do Brasil era, assim, escrita entre batalhas e grandes generais. Combates envolvendo as forças oficiais em defesa da ordem eram momentos de glória e de consolidação do Estado nacional, o que

levou Barroso a negociar pessoalmente a transferência de objetos originalmente de instituições militares para o MHN.<sup>21</sup>

Não surpreende, assim, que todos os 98 itens das coleções temáticas do Museu da República que remetem a levantes e revoltas tenham sido incorporados à instituição a partir de transferências do MHN. São medalhas comemorativas de feitos de guerra; distintivos da Cruz Vermelha; materiais de primeiros socorros para soldados nas trincheiras; peças de indumentária e de campanhas; objetos pessoais valiosos, como alianças e broches de ouro, doados pela população aos movimentos; capacetes de combate; munições e acessórios (cartucheiras, coldres etc.); armas variadas (sabres, facões, pistolas etc.); projéteis e pólvoras, entre outras peças de propósito militar. Valorizados por seus significados no campo da história das lutas nacionais, esses itens compõem o acervo do Museu da República como eixo temático maior.



Peças do Movimento  
Constitucionalista de 1932. Acervo  
do Museu da  
República/Ibram/MinC. Fotografia  
de Rômulo Fialdini & Valentino  
Fialdini.



Munição da Guerra de Canudos.  
Acervo do Museu da  
República/Ibram/MinC. Fotografia de  
Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

---

<sup>21</sup> SANTOS, 2006.

Outra coleção, a Coleção Numismática Brasileira, remete a uma área de conhecimento desde sempre reverenciada no MHN como fonte de estudos sobre o Brasil. No século XIX, a Numismática foi incorporada ao esforço de afirmação do estatuto de científicidade da História, tomada como testemunho material do passado isento de subjetividade. Naquele momento, os critérios e procedimentos definidos como próprios à crítica histórica tomavam a autenticidade dos objetos como condição imperativa. A Numismática atenderia a essa condição, por sua relação “real” com o passado. Assim, quando, em 1932, foi criado no MHN o curso de museus, essa área do conhecimento teria enorme prestígio: “O Curso de Museus dava um destaque muito grande à História e à Numismática, os dois setores básicos em que o MHN era dividido durante seus primeiros anos de existência” (SANTOS, 2006, p. 51).



Primeiras moedas cunhadas após a Proclamação da República. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC . Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

No Museu da República, a coleção reúne 172 objetos pecuniários, entre moedas, cédulas, notas fiscais e um vale monetiforme, produzidos num período que cobre todo o século XIX e avança até os anos 1990. Desse conjunto, somente 14 itens foram transferidos do MHN.<sup>22</sup>

Há alguns exemplares especiais, produzidos, por exemplo, em função do Centenário da Proclamação da República, porém, majoritariamente, a coleção reúne modelos de unidades do sistema monetário brasileiro colocadas em circulação no país a partir dos

<sup>22</sup> Há um conjunto de 43 itens, incluindo notas fiscais e moedas circulantes no país em período que compreende os séculos XIX e XX até a década de 1970, em que não foi possível identificar, nos instrumentos de consulta disponíveis, a sua procedência e data de entrada no museu.

sucessivos planos de estabilização econômica lançados pelo Governo Federal, entre 1986 e 1994.<sup>23</sup>

Documentos administrativos do museu apontam que houve empenho institucional para aquisição desse acervo. Ofícios assinados pela diretora Lilian Barreto (1983-1989) e encaminhados ao chefe do Departamento de Meios Circulantes do Banco Central, solicitam o envio de exemplares de cédulas e moedas para incorporação ao museu, com o argumento de que “a moeda circulante, em cada época, identifica os aspectos econômico, social e cultural dos países, através das figuras e símbolos ali cunhados”.<sup>24</sup> Em várias correspondências administrativas, a diretora reitera o desejo de o Museu da República “continuar recebendo um exemplar de cada nova emissão para ser anexado a nossa coleção de valores monetários”.<sup>25</sup>

Registre-se ainda que a área de Numismática do MHN, desde a sua criação, é bem mais robusta que a do Museu da República, incluindo valioso acervo de moedas e medalhas de D. João VI, além de condecorações, selos postais, apólices e cartões telefônicos, entre outros objetos. Essa coleção é considerada inclusive a mais completa da América do Sul. Portanto, não surpreende que as transferências de acervos para o Museu da República, nessa rubrica específica, tenham sido poucas, tendo em vista preservar a estrutura, riqueza e densidade da área de numismática original.

Por outro lado, é importante pontuar também que a Numismática não é a única coleção do Museu da República há reunir objetos pecuniários. Estes compõem várias outras coleções e, no conjunto, somam 2.266 itens, constituindo a classe de objetos com mais itens do acervo museológico em exame.

Já a Coleção Museu da República tem a característica de ser uma coleção “coringa”, por reunir todos os itens do acervo que não encontram lugar em quaisquer das demais

---

<sup>23</sup> Plano Cruzado, em 1986; Plano Bresser, 1987; Plano Collor, 1990; Plano Real, 1994 (REGO; MARQUES, 2000).

<sup>24</sup> Ofício 405/86-MR, AQ 86.12.11, Setor de Museologia.

<sup>25</sup> Ver, por exemplo, Ofício 85/89-MR, AQ 89.03.27, Setor de Museologia.

coleções museológicas. Coleção grande, com 2.644 itens, mas que não deve ser analisada na clave de seu perfil temático, por não apresentar especificidade nesse sentido.

Chamam atenção, nessa coleção, as figurações e símbolos da República. Tanto um símbolo oficial – a primeira Bandeira Nacional oficial do Brasil republicano –, como também representações em torno do regime republicano e de alguns de seus momentos e fatores.



26

Primeira Bandeira Nacional oficial do Brasil, ca.1890, tecido, 1,80 x 1,30 m.  
Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini. Concebida sob os auspícios de Raimundo Teixeira Mendes.



27

Pedro Bruno. *A Pátria*, 1919, óleo sobre tela, 1,90 x 2,78m. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Reprodução fotográfica de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

<sup>26</sup> A Bandeira foi concebida sob os auspícios de Raimundo Teixeira Mendes, para incorporar elementos da tradição positivista, do que são emblemáticos os dizeres “Ordem e Progresso”. Foi desenhada por Décio Villares (CARVALHO, 1990).

<sup>27</sup> No quadro *A Pátria* figura uma representação da primeira Bandeira Nacional sendo confeccionada por algumas mulheres, na presença de crianças que se envolvem no tecido. Há quem suponha ser uma referência às esposas e filhas de Benjamim Constant, que a teriam confeccionado e oferecido à Escola Superior de Guerra da Capital Federal, em 1890. Tais suposições constam, por exemplo, em um instrumento de consulta do Setor de Museologia e no Portal do Instituto Brasileiro de Museus. A tela decorou a sede da Presidência da República no Palácio do Catete, permanecendo no Museu da República. De acordo com técnicos da casa, esse quadro é o campeão de pedidos de uso de imagem à instituição. Em 1º de agosto de 1988, confirmando a sua reputação, foi lançado como ilustração do bloco postal comemorativo do Dia do Selo, feito para divulgação da exposição filatélica mundial Brasiliana de 1989, realizada no Paço Imperial, no Rio de Janeiro, comemorativa do centenário da Proclamação da República (Documento AQ88.04.13, Setor de Museologia do Museu da República).



28

C. H. Aurant. Leque alegórico alusivo à Proclamação da República, s/d, pintura em tecido e madeira, 1,20 x 1,85m. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC.  
Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



29

Décio Vilares. *A República*, s/d, óleo sobre tela, 40,5 x 33 cm. Acervo do Museu da República. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.



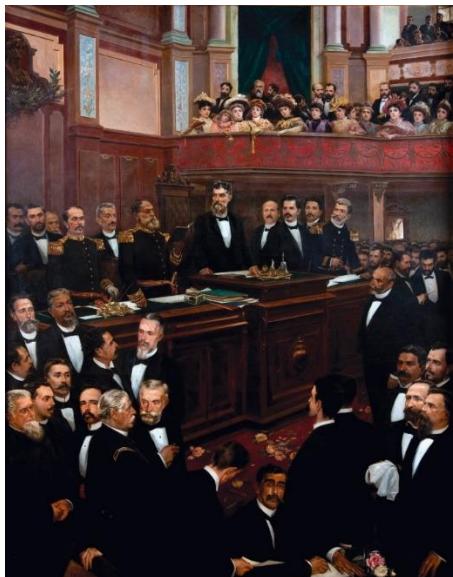
30

Umberto Cavina. Marianne, s/d, escultura em bronze, 65 x 53 x 43cm. Acervo do Museu da República.  
Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

<sup>28</sup> O leque alegórico alusivo à Proclamação da República representa cena do momento da Proclamação da República na Praça da Aclamação (atual Praça da República), com destaque para a imagem de marechal Deodoro da Fonseca e a inscrição: "Vista da Proclamação da República/15 de novembro de 1889".

<sup>29</sup> O quadro *A República* Retrata o busto de uma figura feminina simbolizando a República, que tem na cabeça um barrete frígio – espécie de touca utilizada por revolucionários na Revolução Francesa. A peça foi transferida do Museu Nacional de Belas Artes para o Museu da República, em 1961.

<sup>30</sup> Apresenta busto de figura feminina usando barrete frígio e coroa de louros. Veste um corpete com as Armas da República. Marianne tornou-se a figura alegórica de uma mulher, que representa a Revolução Francesa e os valores republicanos da Liberdade, Igualdade e Fraternidade. O nome Marianne é a junção de Marie e Anne, nomes populares na França.



31

Francisco Aurélio de Figueiredo.  
*Compromisso Constitucional*, 1896,  
óleo sobre tela, 3,30 X 2,57m. Acervo  
do Museu da República. Fotografia de  
Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Em comum, todas essas peças de representação da República operam com força simbólica, no campo livre dos signos, expressões e imagens, demarcando a República como elemento forte da identidade nacional. Carregam valores subjacentes de reconhecimento, consentimento e legitimação do regime republicano como lugar de encontro e agregação de todos os brasileiros.

Outro destaque da Coleção Museu da República é um conjunto de *buttons*, incorporados ao museu ao final dos anos 1980, quando a instituição já gozava de autonomia administrativa e estava em pauta, no Brasil, a construção de uma Nova República, para o que houve intensa participação de movimentos sociais organizados. Uma Lei de Anistia fora aprovada em 1979 e campanhas pelas Diretas Já tomaram as ruas, entre 1983 e 1984. Com o sistema pluripartidário restabelecido (ainda que de forma limitada, posto que se mantinham as condições de ilegalidade dos partidos comunistas), as eleições gerais de 1986 ocorreram com novo número de legendas e propostas em disputa, este sendo ainda o pleito definidor do quadro de constituintes que escreveriam uma nova Constituição para o Brasil, marcando o fim legal de um longo período de ditadura vivenciado no país desde o golpe de 1964.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> O quadro *Compromisso Constitucional* foi produzido sob encomenda do Banco da República (atual Banco do Brasil). Representa o dia da posse de Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, em 25/2/1891. Destaque para Prudente de Moraes, exercendo a presidência dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, no salão do Congresso Nacional, no antigo Paço de São Cristóvão.

<sup>32</sup> VERSIANI, 2014.

Estimulado pela nova contingência social e política, em 13 de março de 1988, o museólogo Mario Chagas, à época pesquisador do Museu da República, registrou em documento a então diretora do museu, Lilian Barreto, a doação de quatro *buttons* de propaganda: dois referentes às eleições de 1986 e, outros dois, referentes, respectivamente, a uma campanha pró-isonomia no MinC e à campanha das Diretas Já. No texto do documento, Chagas sugere: “Seria interessante se pudéssemos formar uma ampla coleção desta categoria, tratando de assuntos variados”.<sup>33</sup>

A direção acatou a ideia, investindo na formação de uma coleção de *buttons* expressivos de momentos políticos e socioculturais vivenciados pelos brasileiros<sup>34</sup>. O projeto foi amplamente divulgado em jornais de grande circulação, como mostra ofício enviado à Lilian Barreto, em 18 de janeiro de 1989, pela então diretora-secretária da Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Esther Caldas Bertolletti, formalizando a doação de um *button* daquela associação, com o comentário: “Tomei conhecimento através da imprensa (JB 15.01.89) do objetivo – dentre muitos – do Museu da República de resgatar a memória brasileira através de ‘buttons’”.



*Buttons* de campanha. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Fotografia de Rômulo Fialdini & Valentino Fialdini.

Desdobramentos desse projeto incluíram compras de *buttons* e também vultoso número de doações ao museu, feitas por pessoas diversas e abrangendo peças alusivas a aniversários de instituições (Instituto de Resseguros, Pró-Memória, Agência Viva Brasil etc.); chapas de sindicatos; partidos e campanhas políticas; campanhas salariais;

<sup>33</sup> AQ88.03.13, Setor de Museologia.

<sup>34</sup> Ver, entre outros, o documento AQ89.01.24, Setor de Museologia.

congressos e eventos diversos; movimentos sociais (direitos da mulher, valorização de culturas afro-brasileiras etc.), entre outros temas variados do panorama político e cultural do Brasil.<sup>35</sup>

Ao todo, há 855 *bottoms* de propaganda no acervo do museu, dispersos em mais de uma coleção. Destes, 830 passaram a compor a Coleção Museu da República após o ano de 1988, quando o projeto de formação de uma coleção de *bottoms* foi iniciado.

Registre-se ainda que, no caudal da campanha para aquisição de *bottoms*, ocorreram doações de vários outros objetos dentro da temática de campanhas políticas e de cunho sociocultural, como adesivos de propaganda; bandeiras; bonés; camisetas; faixas; flâmulas; lenços comemorativos e muito mais. O conjunto desses materiais compreende algo na ordem de 78% do acervo incorporado à Coleção Museu da República após o ano de 1988 (888 de 1.142 objetos).

Esse grande conjunto de *bottoms*, ingressos no Museu da República em fins dos anos 1980, foi um indicativo de mudanças no perfil do acervo museológico do Museu. Expressivos da diversidade de forças sociais e políticas presentes no debate sobre os rumos do país, a sua incorporação dava-se no bojo da renovação no debate sobre o patrimônio cultural e suas práticas, a par da chamada Nova Museologia.<sup>36</sup>

Vertente que se fortaleceu no Brasil, a partir dos anos 1970, sobretudo nos anos 1980 e 1990, a Nova Museologia propõe uma revisão das percepções e práticas no fazer museológico, a serviço de ampliar o acesso aos bens preservados e garantir sua apropriação pelo conjunto da população. O entendimento é que cabe aos museus serem, a um só tempo, espaços de representação e de construção da sociedade, e aos acervos serem os fios dessa trama. Como diz Susan Pearce (1992, prefácio): “Coleções e objetos e amostras deles serão sempre, e deverão ser sempre, o coração da operação do museu”.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Essas compras e doações estão registradas em documentos do Setor de Museologia, tais como: AQ 89.01.23; AQ98.03.27; AQ88.12.13; AQ88.12.19; AQ 88.03.25; AQ 18/1/1989; AQ 89-12-14.

<sup>36</sup> André Desvallés (2015) discorre sobre os antecedentes históricos e as diferentes interpretações da Nova Museologia, no artigo “Museologia nova 1985 ou O nascimento da ‘nova Museologia’ (1985)”.

<sup>37</sup> “(...) collections, and objects and specimens within them, will always be, and should always be, at the heart of the museum operation”. (tradução livre da autora).

Tal renovação teórica foi marcada pela aceitação da diversidade de abordagens no campo do patrimônio cultural, em que os museus passam a ser reconhecidos como lugares estratégicos no desenvolvimento de sociedades democráticas.

Entre outros pontos, a Nova Museologia chama atenção para a importância da preservação de acervos expressivos da multiplicidade étnica, regional e cultural que conformam as sociedades. Sem desmerecer o papel das elites na construção do social, a questão passa por desenvolver práticas museológicas que se assentem também em bases populares e comunitárias. Ou seja, a Museologia pensada como prática social inclusiva, com base social e popular, contra a marginalização de populações e regiões.

O contexto é o da aceleração do processo de urbanização no Brasil, intensificado a partir dos anos 1950, na esteira da consolidação da indústria de base no país. Como consequência, houve forte estímulo à migração para centros urbanos de maior porte, com a perda de importância, e mesmo o abandono pelo poder público, de localidades menores e rurais.<sup>38</sup>

Assim, no bojo das discussões sobre a Nova Museologia, o conceito de cultura foi ampliado, percebido como domínio articulado à questão das desigualdades territoriais e da cidadania. Práticas no campo do patrimônio foram revistas, inclusive no tocante ao papel do Estado na área cultural, sobressaindo a ideia de ir além de ações pensadas independentemente de seus impactos para o fortalecimento de uma cultura igualitária e cidadã.

Nesse sentido, não é surpresa que tenha sido questionada a recorrência a formações de acervos afirmativos de uma tradição que se deseja superar: a tradição de valorizar o papel da elite na História do Brasil. Em direção oposta, desconstruindo qualquer idolatria em relação à elite e ao poder formal, a Nova Museologia discute o que não pode mais ser omitido no campo das representações museológicas. Trata-se de uma profunda renovação teórica, que pressiona a favor do abandono de velhas ortodoxias e do reconhecimento da pluralidade como elemento-chave da formação dos acervos. Novos valores e, portanto,

---

<sup>38</sup> REGO; MARQUES, 2000.

novos atores e temas passam a ser percebidos como elementos fortes nos acervos dos museus de História, atinentes à experiência de toda a diversidade de setores que compõem a sociedade.

Nessa mesma linha, a Coleção Memória da Constituinte, completando o bloco de coleções temáticas, também introduz nova perspectiva para se pensar o perfil dos acervos museológicos do museu e o processo de redemocratização do país, vivenciado na segunda metade dos anos 1980, associado ao marco de consolidação da “Nova República”.

Essa coleção tem a característica especial de ter sido uma “estratégia política”, antes de ser uma coleção: estratégia de fortalecimento de uma identidade democrática para o Brasil. Os seus registros foram reunidos durante o processo constituinte de 1987/1988, por um grupo da Fundação Pró-Memória que esteve à frente do Centro Pró-Memória da Constituinte-CPMC, criado para o trabalho específico de mediar diálogos entre a população e os deputados constituintes.<sup>39</sup> O grupo atuou também e criativamente como força incentivadora da participação da sociedade nos trabalhos constituintes e desde o começo articulou acordos para que todos os registros produzidos e coletados no correr de suas atividades fossem depois transferidos para o Museu da República.

A incorporação dos registros reunidos pelo CPMC ao acervo histórico do museu ocorreu em 1990, em seguida à extinção da Fundação Pró-Memória. Tal incorporação a uma instituição museológica pública acabou por conferir a esse acervo o reconhecimento oficial de patrimônio cultural. Porém, antes mesmo dessa “oficialização”, a formação desse conjunto documental era uma ideia e um projeto que buscavam por sua monumentalização e reconhecimento como patrimônio cultural da nação. Ou seja, o CPMC abrigou a intenção de construir um “monumento/documento” – tomado emprestada a formulação de Jaques Le Goff (1990) – e “monumentalizar” uma narrativa daquele processo de reconstitucionalização democrática, investindo para a perpetuação de uma determinada memória e identidade política do país.<sup>40</sup> Para esse objetivo, o conjunto completo dos registros coletados é primoroso em documentar, não só os

---

<sup>39</sup> O CPMC foi coordenado pela criminóloga e integrante do Setor de Pesquisa Histórica do Museu da República Elizabeth Süsskind.

<sup>40</sup> VERSIANI, 2014.

trabalhos constituintes realizados no âmbito do poder oficial e dos partidos políticos, mas também o engajamento da sociedade organizada, de artistas e de pessoas em geral, na luta por direitos. É plausível dizer que a formação dessa coleção operou com um tipo de “enquadramento da memória”, na acepção proposta por Michel Pollack (1989), conferindo determinados sentidos à identidade nacional brasileira, a partir da exaltação da democracia e negação de um Brasil autoritário. A maior parte desses registros, em torno de 22 mil documentos, está depositada no Arquivo Histórico do Museu da República.<sup>41</sup> No acervo museológico do museu estão depositados especificamente três grandes painéis de arte, com cerca de 3,60m x 4,20m cada um, pintados à época, respectivamente, pelos artistas Rubens Gerchman, Newton Cavalcanti e José Roberto Aguillar. Esses painéis destacam e valorizam a ampla participação da sociedade no processo Constituinte de 1987/1988, mostrando que o projeto de redemocratização do país mobilizou uma pluralidade de interesses e indivíduos. Fartam referências a olhos que veem, ouvidos que ouvem, bocas que expressam opiniões. A população aparece, nas obras, presente, atenta, participativa, conforme inscrito na tela de Rubens Gerchman: “De olho na Constituinte”. É a população que promove a reconstitucionalização democrática do Brasil, perspectiva oposta ao padrão de reconhecer a elite política como protagonista daquele processo.



Rubens Gerchman. De olho na Constituinte, 1987, tinta sobre painel, 3,60 x 4,20m. Acervo do Museu da República/Ibram/MinC. Fotógrafo não identificado.

<sup>41</sup> A Coleção Memória da Constituinte inclui também documentação bibliográfica, somando perto de 700 publicações.

Assim, é plausível dizer que a Coleção Memória da Constituinte é formada como um dispositivo de resistência ao autoritarismo, mostrando, como diz Heymann (2009, p. 56), que “nem sempre a acumulação documental é reflexo de uma atividade passada; ela pode ser função de uma ação projetada para o futuro”.

Entre os frutos da ampla mobilização social no processo constituinte de 1987/1988, em 1988 foi promulgada nova Constituição Federal no país, representando um marco legal de reconhecimento do patrimônio como um campo constitutivo do direito à memória. Direito à memória em sua estreita relação com o direito à cidadania e o reconhecimento da multiplicidade do social. No artigo 215 da Carta Constitucional fica determinado: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.<sup>42</sup> Naquele momento de reconstitucionalização democrática do país, o campo do patrimônio emergia como um instrumento de cidadania e democracia. As implicações sociais de suas práticas, incluindo a formação de acervos em museus públicos nacionais, desde então seguem sendo fortemente discutidas à luz da urgência de enfrentar a exclusão e a desigualdade, observadas as múltiplas experiências, identidades e memórias presentes na vida social.

O entendimento é que atribuir valor de patrimônio aos bens culturais torna-se um fazer atravessado por novas possibilidades, abrangendo grupos e comunidades, indivíduos e tradições, lugares, temas e coisas, tangíveis e intangíveis. O jogo das representações e memórias alcança todas as “coisas”, materiais ou imateriais. Tudo pode ser objeto do olhar museológico. Não há absolutamente nada que constitua interesse secundário para a Museologia.

Quanto aos efeitos dessas mudanças, não raro despontam como ações afirmativas, acessando memórias e saberes que antes não encontravam lugar nos acervos dos museus de História.

---

<sup>42</sup> Ficava pendente a elaboração de regulamentações específicas, definindo como tais determinações se concretizariam na prática.

Nesse sentido, não são triviais nem casuais as mudanças ocorridas no perfil do acervo do Museu da República a partir de fins dos anos 1980. Lógicas antes recorrentes, se não foram superadas, foram em alguma medida subvertidas, por decisões e práticas emancipadoras de processos de formação de acervos consagrados na instituição, legitimando a incorporação de novos objetos.

Entre os novos passos nessa direção, em 27 de dezembro de 1988, Oscar Niemeyer doou pessoalmente, ao museu, uma escultura em granito e aço, feita pelo artista para ser o esboço do monumento Tortura Nunca Mais. A obra, representando o repúdio a todas as formas de violência e tortura praticadas pelo poder público e por seus agentes oficiais, nem de longe constitui uma forma de exaltação da elite política nacional que comandou o Executivo do país nos anos do regime autoritário pós 1964. A mesma elite política nacional, inclusive, que é lembrada, por exemplo, nas coleções Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, com bustos e retratos de seus titulares, além de peças de vestuário militar ou usadas por suas respectivas esposas em eventos de posse presidencial.

Niemeyer, no documento de doação da obra, conta o que sentiu ao ser convidado a desenhá-la:

Senti a oportunidade de me iniciar no campo da escultura, dessa escultura de maior porte, mais livre, mais ligada aos problemas da vida que o concreto armado oferece. E como o tema exigia, a fiz dramática, denunciadora, lembrando o longo período de tortura e morte que pesou sobre o nosso país. Meu desenho representa esses negros tempos, com a pessoa humana transpassada pelas forças do mal, impotente diante do ódio organizado. Para os mais sensíveis, para os que veem o mundo apaixonadamente e amam o seu próximo e se levantam contra a opressão e o arbítrio, o monumento provoca a revolta pretendida.<sup>43</sup>

A abertura do museu para um novo perfil de acervos museológicos também encontrou lugar, em 1996, quando foi montada, no Palácio do Catete, a exposição *A Ventura Republicana*, que se manteve aberta ao público até 2003. Com curadoria de Gisela Magalhães e Joel Rufino dos Santos, a exposição motivou a incorporação (doações e compras) de volume significativo de objetos que fogem ao padrão do acervo predominante na instituição.

---

<sup>43</sup> AQ19881227, Setor de Museologia.

A proposta da exposição era construir uma síntese da História do Brasil República, no Palácio do Catete. Para Anelise Pacheco, à época diretora do Museu, era também “despertar o desejo pela História e pelo exercício da cidadania”.<sup>44</sup>

Gisela Magalhães, que combinou a curadoria ao trabalho de expografia da exposição, explicou:

Contar alguma coisa sobre a República Brasileira com o acervo do Museu, restrito quase que exclusivamente aos objetos dos presidentes, foi um desafio enorme. (...) Abrimos espaço para os novos acervos dando outros significados aos do museu; criamos salas com temas relevantes para a História do povo (...). Porque espero que uma criança ou um adulto quando virem uma AR-15 ao lado de um tênis na sala dos bustos dos presidentes, não saiam do museu sem se sentirem parte da História.<sup>45</sup>

Entre os objetos à época incorporados: esculturas da Pomba Gira, do Zé Pilintra e Iemanjá; fantasias de baiana, de cazumbá e de palhaço da Folia de Reis; sandália de passista e tênis Adidas; vários cestos indígenas; instrumentos de percussão e corda (surdo, cuíca, tamborim, berimbau, violão); um pau de arara; uma AR-15; entre muitos outros objetos que ajudavam a criar visões da vida no tempo da República. Nas palavras de Joel Rufino dos Santos (curadoria e roteiro): “A espada do marechal Deodoro, proclamador da República, ao lado do muiraquitã, a pedra da sorte. A foto de Getúlio, chegando para derrubar o regime dos coronéis da roça, junto à de Pelé quando fez mil gols”.<sup>46</sup>



Máscara de Cazumbá.  
Madeira, lã, lantejoula,  
tecido, 42,0 x 63,0 x 55,0  
cm. Acervo do Museu da  
República/Ibram/MinC.  
Fotografia de Mailson  
Santana.  
O Cazumbá é um  
personagem de grupos de  
bumba-meу-boi, com  
vestimenta e máscaras

<sup>44</sup> Catálogo da exposição *A Ventura Republicana* (Apresentação).

<sup>45</sup> *Ibdem.*

<sup>46</sup> *Ibdem.*

O acervo original do museu também foi bastante explorado na exposição – pinturas, esculturas, armas, mobiliário, medalhas, assessórios de uso pessoal, entre outros –, porém, como disse Rufino, a ele foram agregados “monumentos” que “atestam a Paixão, a Dor e a Festa de todos os dias: a Bíblia, o violão, o Livro dos Espíritos, um par de alpargatas, uma AR-15...”.<sup>47</sup>

Ou seja, *A Ventura Republicana* também inovou nos padrões de atribuição de valor que sustentam e justificam a transformação de bens culturais em bens culturais musealizados, ao encontro de noções contemporâneas de museu.

Para concluir ainda com outro exemplo que sinaliza inovações nos acervos preservados no Museu da República, pela primeira vez, na alvorada do século XXI, uma mulher deu nome a uma das coleções museológicas: a presidenta Dilma Rousseff. Essa coleção tem pequeníssimo porte, como outras tantas coleções do acervo.<sup>48</sup> Constitui cinco itens de propaganda política relacionada à campanha presidencial de 2010, no Brasil, doados por profissionais do corpo técnico do IBRAM. Porém, é um acervo que emerge pleno de significados se pensado à luz do fato de que a vida pública foi, durante muito tempo, um espaço restrito à participação feminina. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes (2004, p. 9), até o recente século XX: “por questões de constrangimento social [as mulheres] tiveram seus espaços de expressão pública vetados, restando-lhes exatamente os espaços privados, entre os quais os de uma escrita de si”. São os homens que, historicamente, aparecem como os sujeitos políticos privilegiados na interação com o âmbito público, o que, como se vê, tem reflexos nas denominações das coleções museológicas da instituição pública aqui em exame.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> *Ibidem*.

<sup>48</sup> Alguns exemplos, entre outros: Coleção Castelo Branco, 1 item; Coleção Costa e Silva, 4 itens; Coleção José Sarney, 4 itens; Coleção Tancredo Neves, 2 itens.

<sup>49</sup> Para uma visão sobre as diferenças de participação entre homens e mulheres na esfera pública brasileira, ver SALEM, 1981.



Camiseta da campanha  
presidencial de 2010.  
Algodão, 60 x 45 cm. Acervo  
do Museu da  
República/Ibram/MinC.  
Fotografia de Rômulo  
Fialdini & Valentino Fialdini.

Enfim, mudanças suscitadas nas formas de perceber o patrimônio e de legitimá-lo estimulam novas possibilidades no campo da memória, confirmando que patrimônio cultural preservado em museus de História será sempre uma construção mais democrática se for resultado de um processo de construção coletiva de memórias. É a multiplicidade de experiências sociais que deve instruir uma representação museológica expressiva. Feliz o museu de História que tiver na diversidade uma força, para não cair no tédio da História única, da falsa homogeneidade que serve menos pra entender a História e mais pra reforçar privilégios.

Além disso, o esforço de dotar os museus de História com acervos mais expressivos da pluralidade social tem profunda relação com o esforço de reconhecer os direitos de cidadania de grupos socialmente desfavorecidos. A ideia da universalização de direitos não tem a ver somente com questões de ordem econômica, mas também com o fato de que parcelas da população são marginalizadas, esquecidas, tratadas como desimportantes, não havendo sequer interesse dos museus de História em sua representação simbólica. Como sugere Axel Honneth (2003), o sentimento de não pertencimento é decisivo e diretivo na luta dos desfavorecidos sociais por inclusão e respeito.

## Referências

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal. Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996a.
- A EXPOSIÇÃO DE 1922. Órgão da Comissão Organizadora, n. 1, jul. 1922.
- ARENKT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.
- BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 23, p. 94-115, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: \_\_\_\_\_. *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001. p. 93-135.
- CHAGAS, Mario. A pesquisa ampliando a possibilidade de comunicação no museu-casa. *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 69-95.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DESVALLÉS André. Museologia nova 1985 ou O nascimento da “Nova Museologia” (1985). In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 47, 2015, p. 33-48.
- DUMANS, Adolpho. A ideia de criação do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. III, Rio de Janeiro, 1942.
- DUTRA, Eliana de Freitas. A memória em três atos: deslocamentos interdisciplinares. *Revista USP*, n. 98, p. 69-86, junho/julho/agosto 2013.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). *Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. (<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>)
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Projetando o futuro e evocando o passado: o parlamento brasileiro na construção da memória nacional (1891-1989)*. Pós-doutorado/Programa de Pós Graduação em História/Universidade Federal Fluminense, 2017.

- FERREIRA, Jorge. República Liberal-Democrática (1945-1964). In: VERSIANI, Maria Helena (Org.). *A Res Publica Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2010, p. 94-125.
- FRECHEIRAS, Kátia. *Do Palácio ao Museu: a trajetória pedagógica do Museu da República do governo bossa nova à ditadura civil-militar (1960-1977)*. Rio de Janeiro/Petrópolis: KBR Editora Digital, 2015.
- FREYRE, Gilberto. *Ciência do Homem e Museologia: sugestões em torno do Museu do Homem do Nordeste do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Angela Maria de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- GOMES, Angela Maria de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Escrta de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-26.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. [1. ed. 1988, Vértice/IUPERJ]
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GONÇALVES, Janice. *Figuras de valor: patrimônio cultural em Santa Catarina*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O templo e o fórum: reflexões sobre museus, antropologia e cultura. In: CHUVA, Márcia (Org.). *A invenção do patrimônio. Continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 1995. p. 55-66.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, 1988 – p. 1-23.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado; KNAUSS, Paulo. A República e seus símbolos. In: VERSIANI, Maria Helena (Org.). *A Res Publica Brasileira*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2010, p. 10-25.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1997.

- HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Públco Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.
- HOBBSBAWM Eric J.; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória*: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do museu. *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006, p. 17-30 [2. Ed]
- KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize (Orgs.). *Objetos do olhar*. História e arte. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006. [1. ed. 1985]
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura* – um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- LEGISLAÇÃO sobre museus. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. (Série Legislação)
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. [1. ed. 1988]
- LENZI, Maria Isabel Ribeiro. *Pereira Passos*: notas de viagens. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2000.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis* (uma reflexão em busca de autoestima). Coleção Metrópoles. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da História oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 167-182. [1. ed. 1996].
- MAGALHÃES, Aline Montenegro Magalhães; BEZERRA, Rafael Zamorano Bezerra. *Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011.
- MARCELINO, Douglas Attila. *A morte de Tancredo Neves e a construção de uma identidade nacional*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

- MATHIAS, Herculano Gomes. O Palácio do Catete. *Anais do Museu Histórico*, v. XV, 1965, p. 29-62.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- MELO, José Laurenio de. Cronologia. In: MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho, 1997, p. 37-44. (2 ed.)
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, vol. 2, 1994, p. 9-42.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A pesquisa no museu como produção de conhecimento original. *Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: pesquisa e documentação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 17-48.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Da arqueologia clássica ao patrimônio cultural: os sentidos da cultura material e seus desdobramentos*. São Paulo: USP, 2008.
- MONTELLO, Josué. *O Juscelino Kubitschek de minhas recordações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos. A questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 1992a.
- MOTTA, Marly Silva da. "Ante-sala do paraíso", "vale de luzes", "bazar de maravilhas" – a Exposição Internacional do Centenário da Independência (Rio de Janeiro - 1922). Rio de Janeiro: CPDOC, *Seminário Cenários de 1922*, 1992b.
- MUSEU DA REPÚBLICA. São Paulo, Banco Safra, 2011.
- NORA, Pierre. (dir.), *Les lieux de mémoire*, vol. I, *La République*, Paris, Gallimard, 1984
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PEARCE, Sussan M. *Museums, objects, and collections: a cultural study*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1993.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino da História*. Chapecó: Argos, 2004.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Economia Brasileira*. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O*

- Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 89-120.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a História, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. [Seuil, 2000]
- RODRIGUES, José Honório. *Chagas Freitas e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gráfica Danúbio S.A. (Coordenação editorial: Ronaldo do Valle Simões), 1982.
- RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri. *Um palácio quase romano. O Palácio do Catete e a invenção de uma tradição clássica nos trópicos*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2017.
- SALEM, Tania. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M.L. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. v. 1, p. 49-99.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma identidade nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 28, 1996.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Museu e educação: conceitos e métodos. Artigo extraído do texto produzido para aula inaugural do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, proferida na abertura do *Simpósio Internacional Museu e Educação: conceitos e métodos*, realizado no período de 20 a 25 de agosto de 2001. <http://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/museu-e-educac3a7c3a3o.pdf>
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.
- SISSON, Rachel. O Rio de Janeiro de D. João VI como etapa na formação da cidade contemporânea. In: *Anais do Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 315-323.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: Antes da sua separação e Independência de Portugal*. 10º ed., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981 [1 ed. 1870].
- VERSIANI, Maria Helena (Org.). *Cronologia da República: 1889-2000*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002;
- VERSIANI, Maria Helena. *Correio político: os brasileiros escrevem a democracia*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.